



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Artigo Monográfico de Especialização

**Repensando A Aprendizagem Do Aluno Surdo No Contexto Da
Inclusão**

Batistina José Batista

**RIO BONITO, RJ, Brasil
2010**

REPENSANDO A APRENDIZAGEM DO ALUNO SURDO NO CONTEXTO DA INCLUSÃO

Por

Batistina José Batista

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de:
Especialista em Educação Especial.

Orientador: Prof^a:. Mônica Zavacki de Moraes

**RIO BONITO, RJ, Brasil
2010**

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e
Educação de Surdos

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico de
Especialização

REPENSANDO A APRENDIZAGEM DO ALUNO SURDO NO
CONTEXTO DA INCLUSÃO

elaborado por
Batistina José Batista

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de Surdos

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof^ª. Ms. Mônica Zavacki de Moraes
(Presidente/Orientador)

Prof^ª. Ms. Ana Claudia de Freitas Ribeiro
Parecerista

Prof^ª. Ms. Melânia de Melo Casarin
Parecerista

RIO BONITO, RJ, Brasil
2010

RESUMO

Artigo de Especialização
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

REPENSANDO A APRENDIZAGEM DO ALUNO SURDO NO CONTEXTO DA INCLUSÃO

AUTOR: Batistina José Batista
ORIENTADOR: Mônica Zavacki de Moraes
RIO BONITO, junho de 2010

Ao longo dos anos vem se discutindo dentro do âmbito educacional, as vantagens e desvantagens da integração e inclusão do educando com necessidades especiais na classe comum da escola regular, tendo muitas controvérsias sobre como deve ser essa inserção. A educação especial, assume que as mudanças humanas são normais e que a aprendizagem deve ser adaptada as necessidades da criança. O profissional da educação, por não conhecer as potencialidades do educando, muitas vezes, acaba rotulando, desconsiderando seu desenvolvimento e gerando um descompasso no processo de ensino/ aprendizagem. E ainda, é importante salientar a discussão sobre o currículo na seleção de conhecimentos envolvendo a sua operação nas escolas. Tendo como base alguns referenciais teóricos, que irá facilitar a compreensão mais aprofundada de estudos sobre currículos e caminhos norteadores, que nos permitem uma visão mais clara e objetiva para atender as necessidades das pessoas surdas. Então é necessário repensar essa prática curricular. No entanto, será que as escolas já estão preparadas para esta investigação? Pensando assim, deverá ser ampliado e revisado de forma que os alunos sejam apresentados com uma abordagem que atendam a real necessidade dos mesmos. Apesar dos avanços, em relação a inclusão da pessoa surda na comunidade escolar, ainda possui muitas restrições com relação o que se ensina e como ensina. Isto se dá pela dificuldade da comunicação entre professor/aluno e aluno/aluno. As atividades nas escolas devem ser mais voltadas para a construção da identidade e integração destes alunos, favorecendo e contribuindo para uma aprendizagem mais efetiva dentro deste contexto de inclusão.

PALAVRAS CHAVES: Inclusão – Pessoas Surdas – currículo/escola

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO.....	8
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	9
3.1 A Diferença no Contexto Social.....	9
3.2 O Currículo entre as Intenções e as Práticas Pedagógicas.....	13
3.2.1 Uma Reflexão sobre Currículo.....	13
3.3 A Inclusão e a Educação de Surdos.....	17
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
5 REFERÊNCIAS.....	22

1 INTRODUÇÃO

A escola tem a função formadora, o papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem, na conscientização do homem como cidadão participativo na sociedade.

A constituição de 1988, garante a todos o direito de estar na escola. Contudo, não basta somente garantir o direito de todos à escola. É necessário assegurar condições para que toda a criança possa permanecer e crescer em seus processos de aprendizagem, garantindo assim uma educação de qualidade.

A escola na sua função social, objetiva integrar a todos, formando laços entre educadores e educando. Integrar não se trata de agrupar todos no mesmo espaço, mas sim dar possibilidades para que as pessoas com necessidades especiais vivam e convivam com as demais pessoas.

Neste sentido, entende-se que as diferenças existem e devem ser respeitadas. A legislação vigente menciona as diferenças individuais. Deste modo, a Educação Especial passa a fazer parte do Sistema Geral de Educação, perpassando todos os níveis e modalidades de ensino. Pensando nesta questão, nos perguntamos sobre que práticas pedagógicas têm assimilado os princípios de um ensino culturalmente desejado?

A educação inclusiva vem com uma proposta, que consiste em oferecer uma oportunidade de desenvolvimento e aprendizado para todos, ou seja, implica na construção de um processo bilateral, no qual, as pessoas excluídas da sociedade buscam em parceria, efetivar a equiparação de oportunidades. A partir de 15 de agosto de 2001, foi homologada a resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) que instituiu as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica.

Deve-se lembrar que o conceito de inclusão está baseado no princípio democrático da educação para todos, ou seja, de que todas as crianças devem aprender juntas, independente de quaisquer dificuldades ou diferenças entre elas, reconhecendo e respondendo “as necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos, através de um currículo apropriado, arranjos educacionais, estratégias de ensino, e uso de recursos e parceria com as comunidades”. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994.)

Ver as escolas com propostas pedagógicas de educação inclusiva deve ser o alvo de todos, onde as oportunidades devem ser iguais, sem preconceitos. Mas, como adequá-la de modo a oferecer uma educação igualitária a todos? Neste contexto, estão inseridas as minhas inquietações.

O currículo constitui um dos fatores que maior influencia na qualidade de ensino. Ele é complexo e é motivo de muitos questionamentos, estudos e divergências. Sendo assim,

As narrativas contidas no currículo, explícita ou implicitamente, corporificam noções particulares sobre conhecimento, sobre formas de organização da sociedade, sobre os diferentes grupos sociais. Elas dizem qual conhecimento é legítimo e qual é ilegítimo, quais formas de conhecer são válidas e quais não o são, o que é certo e o que é errado, o qual é moral e o que imoral, o que é bom e o que é mau, o que é belo e o que é feio, quais vozes são autorizadas e quais não o são (SILVA, 1995 p.195).¹

A perspectiva de um currículo citada acima pode ajudar-nos a questionar a noção de supremacia de conhecimento, que cresce na escola. Levando assim, a pensar sobre a tensa e complexa relação entre esta noção e os outros saberes que fazem parte do processo cultural e histórico, no qual estamos inseridos.

O currículo não é apenas planificação, mas também a prática em que se estabelece o diálogo entre os agentes sociais, os técnicos, as famílias, os professores e os alunos. Ele é determinado pelo contexto, e nele se adquire diferentes sentidos conforme os diversos protagonistas.

¹ retirado do livro Indagações sobre Currículo–Ministério da Educação) – Diversidade e currículo p.22.

2 CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO

O trabalho apresentado, é objeto de pesquisas bibliográficas, através de estudos em livros, artigos e internet, que abordassem assuntos relevantes a inclusão, currículo e a educação da pessoa surda. Trazendo um referencial teórico que pudesse dar uma visão mais ampla e que de certa forma nos levassem a ver a situação do aluno surdo, na escola regular, como parte integrante no seu cotidiano. E de que maneira os professores constrói o seu fazer pedagógico-curricular, preocupando-se com as especificidades das pessoas surdas?

É importante que pensemos no aluno surdo, como sendo protagonista de seus saberes, possibilitando a este o direito de estar inserido numa escola de ensino regular, com seus direitos de cidadão, que são garantidos pelas leis. Sendo assim, temos que entender que as políticas afins, devem contribuir para o crescimento e aprendizagem, num processo efetivo e produtivo.

Desta forma, o referencial teórico que impulsionou para o enriquecimento deste trabalho, foi trazido, dos livros de Carlos Skliar, "A surdez: um olhar sobre as diferenças", e Tomaz Tadeu da Silva, "Documentos de Identidades: Uma introdução as teorias do currículo" Ao fazer a leitura destes autores, pude então refletir sobre a importância e a bravura desses para elucidar tantas questões, pertinentes ao estudo sobre a educação do surdo.

A partir deste estudo, percebo o quanto ainda, é necessário rever as práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula, e de que forma está sendo visto o aluno surdo no contexto da inclusão. É importante ressaltar, quais condições e possibilidades, o currículo da escola comum, oferece para os alunos surdos as oportunidades de experimentar suas diferenças.

A busca de alternativas para elucidar situações convergentes, ou até mesmo aquela que ainda não conhecemos, faz com que haja mudanças de comportamentos. Muitas vezes, enfrentar o "novo" traz consequências, e também um pouco de medo, face à diferença ao desconhecido. Mas, só é possível chegar aos objetivos desejados de educação para todos, se enfrentarmos desafios, e assim alcançar resultados satisfatórios para todos envolvidos no processo ensino/aprendizagem.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A Diferença no Contexto Social

Na nossa vida passamos por muitas fases, de maneiras sucessivas e costuradas. Deste modo estabelecendo relações intrínsecas e extrínsecas como seres humanos, individuais e coletivos. Sendo assim, as relações são decisivas em nossas vidas.

Desta maneira, buscamos olhar o outro como um indivíduo com características e necessidades que nem sempre correspondem a uma categoria padronizada, configurado sobre bases preconceituosas. Percebemos um sujeito com uma história peculiar, com direito de apropriar-se de todo conhecimento possível sobre a construção da sua história, até no que diz respeito ao significado de ser diferente em um mundo que valoriza a perfeição, e impõe culpas pelas diferenças mais socialmente valorizadas.

O pensar sobre a diferença faz parte de nossa prática cotidiana, entender as implicações psicosociais dessa diferença, e mais ainda, buscar a partir da reflexão e da prática, formas de contribuir para a modificação da condição social em que se pratica essa vivência. Segundo Mário Quintana²:

O que eles chamam de nossos defeitos é o que nós temos de diferente deles. Cultivemo-los pois, com o maior carinho — esses nossos benditos defeitos. (MÁRIO QUINTANA, 2006, p.93)

Deparamos todos os dias, com os conceitos de igualdade e diferença, entre os indivíduos. Mas no ser humano, estes conceitos se relacionam de tal maneira, que temos aspectos de unidades e de diversidades entrelaçados. Temos uma estrutura física semelhante, e ao mesmo tempo, rica em detalhes que constituem a singularidade de cada um. Somos iguais em relação aos nossos direitos e deveres de cidadãos, mas completamente diferentes na forma de exercê-los. As diferenças entre as pessoas, garantem o movimento de transformação que deve ser constante na sociedade. Na realidade, a diferença existe, não devemos fechar os olhos para

² Retirado do Caderno H. 2 ed. São Paulo: globo, 2006

elas, pois, estas possibilitam novas experiências. Ter medo do novo é permanecer estático, acomodado, neutro.

Assim, podemos citar o discurso oficial, através da legislação vigente, que faz menção a outros mundos, outras realidades, como é o caso das pessoas com necessidades educativas especiais, em que o assunto tem sido tratado de forma piedosa.

A escola deveria estar aberta para atender a todos, mas vem se posicionando de forma contraditória, ora inclui a todos de maneira justa, ora se coloca na posição de inércia. Resumindo, não se tem visto muitas iniciativas que busquem superar as atitudes de tolerância e se encaminhem para efetiva mudança no processo educativo como um todo.

Valorizar as diferentes formas de elaborar o mundo, oportunizando igualdade de condições e desenvolvimento para todos. Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil (1998) é dever do Estado: Assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem internacional, com a solução pacífica das controvérsias.

Para se construir um ambiente educacional realmente atento às diferenças, é preciso criar espaços que propicie aos alunos condições para que realize suas próprias elaborações, compartilhando suas dúvidas, descobertas, exercendo assim, sua capacidade de ser agente da sua própria mudança e formação. Para isto, deve-se pensar no aluno como um todo e que ele faz parte deste espaço. Considerando as múltiplas possibilidades de aprendizagem e de elaboração de mundo, de experiências, que ajude a entender esse processo de forma clara e sucessiva. Segundo o Aurélio, “DIFERENÇA é a qualidade de ser diferente, de divergir de ser desigual, não semelhante”. Neste sentido, pode-se então esclarecer melhor o que foi colocado anteriormente, pois todos nós temos algo diferenciado, e isto deve ser valorizado.

Nesta perspectiva, a inclusão escolar só é possível de ser realizada se forem consideradas as peculiaridades culturais na formatação do currículo escolar. Dentre

outras existentes, está a das pessoas surdas, que desenvolveram ao longo de suas vidas estratégias visuais-gestuais de apreensão e de expressão de mundo, considerando o que se passou a denominar de cultura surda.

Diante dessas questões, venho considerar um estudo mais aprofundado sobre o assunto e procurar entender as facetas que regulam os objetivos de analisar as concepções subjacentes do currículo com estratégias para os professores, que possuem em suas salas, alunos surdos.

O que tenho observado, leva-me a considerar a escola como um campo de possibilidades em que tudo pode acontecer, favorecendo ou dificultando o processo ensino-aprendizagem. Paulo Freire³, diz que:

Para ser válida, a educação deve procurar desenvolver a tomada de consciência e atitude crítica, graças á qual o homem escolhe e decide, que liberta-o em lugar de submetê-lo, de domesticá-lo, de adaptá-lo como faz com muita freqüência a educação em vigor num grande número de países do mundo, educação que tende a ajustar o indivíduo à sociedade, em lugar de promovê-lo em sua própria linha. (PAULO FREIRE, 1980 p. 35)

Por um período considerável, o objetivo maior da Educação Especial foi a integração dos ditos diferentes na sociedade. A integração escolar, a que mais interessa aos educadores em geral, tem sido conceituada como um processo de educar-ensinar junto a crianças ditas como normais, e crianças com necessidades especiais, durante uma parte, ou na totalidade do tempo de permanência na escola. Trata-se de um processo gradual e dinâmico que assumem distintas formas, segundo as necessidades e características de cada aluno, considerando o seu contexto sócio-econômico. Este conceito, diz o que se conhece com a teoria do ambiente o menos restrito possível, centrada nas aptidões dos alunos que devem ser "preparados" para integração total, no ensino regular. A Política de Educação Especial (MEC, SEESP)⁴ afirma que:

A integração é um processo dinâmico de participação das pessoas num contexto relacional, legitimando sua interação nos grupos sociais. A integração implica em reciprocidade. E sob enfoque escolar processo gradual e dinâmico que pode tomar distintas formas de acordo com as necessidades e habilidades dos alunos. Sob o enfoque psicossocial, a integração representa, portanto, uma via de mão dupla, envolvendo os

³ Pedagogia da Autonomia – Saberes Necessários a Prática Educativa.

⁴ BRASIL, Ministério da educação. Secretaria de Educação Especial Política Nacional de Educação especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

portadores de deficiência e a comunidade das pessoas consideradas "normais" (1994 p. 18).

O processo de integração do aluno, em especial, com Necessidades Educacionais Especiais tem se realizado na escola regular, de acordo com suas possibilidades, disponibilizando na medida do possível, acesso na classe regular. Assim, o processo escolar é apresentado no sentido da escola não abranger as reais necessidades a esses seres diferentes.

A inclusão, quando pensada no sentido de oferecer a escola regular ao aluno com Necessidades Educativas Especiais, revela-se como alternativa de inibir a segregação que vinha se propagando no decorrer da história. Entende-se assim, que é necessário haver reflexões e criar estratégias, que particularizem cada grupo de pessoas especiais de modo que se faça pensar, sobre a inclusão das pessoas surdas no cotidiano escolar. Com o objetivo de fortalecer esta proposta, foi criado, o Fundo de Manutenção e desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB).

Assim, é instituída uma política de financiamento, acrescentando ao Decreto nº 6253/2007, o dispositivo que admite para fins de distribuição dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, o duplo cômputo de registro dos alunos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação, matriculados na educação regular da rede pública e no atendimento educacional especializado. (MEC/SEESP - Resolução Nº 13, Parecer do Conselho Nacional de Educação)

3.2 O Currículo entre as Intenções e as Práticas Pedagógicas

3.2.1 Uma Reflexão Sobre Currículo

As práticas pedagógicas são determinadas por meio de linhas norteadoras, que orientam a partir de um modelo social existente nos enfoques teóricos que subsidiam o ensinar e o aprender.

O desenvolvimento da aprendizagem não segue padrões, como uma receita de bolo, não acontece de um momento para o outro. Necessita de estímulos, de vontade e desejo do sujeito para se processar.

Pensando nesses aspectos, o educador enquanto profissional atento ao seu contexto é um construtor da história, portanto sua ação não poderá em momento algum ser entendida e praticada como um fazer neutro. Na verdade, o educador atento possibilita ao processo ensino-aprendizagem o movimento de ir e vir, em que educador e educando tornam-se aprendentes e ensinantes.

Daí a necessidade de um ensino ativo e efetivo, com um profissional comprometido, que conheça bem, escolha, organize e trabalhe os conhecimentos a serem aprendidos pelos alunos.

Uma educação de qualidade deve propiciar ao educando ir além dos referentes presentes em seu cotidiano, assumindo, ampliando e transformado assim, em um sujeito ativo na mudança de contexto social.

Deste modo, faz necessário falar da importância do desenvolvimento do currículo em nossas escolas, na perspectiva da promoção de uma educação democrática de qualidade para todos, onde a participação é fundamental na construção do conhecimento escolar. Segundo o Ministério da Educação, no livro *Indagação Sobre Currículo*, 2008, p. 21, vem destacando a importância das práticas curriculares,

Julgamos que uma educação de qualidade, como a que defendemos, requer a seleção de conhecimentos relevantes, que incentivem mudanças individuais e sociais, assim como formas de organização e de distribuição dos conhecimentos escolares que possibilitem sua apreensão e sua crítica. (Ministério da Educação, *Indagação sobre Currículo*, 2008, p. 21).

É importante que a escola repense o seu papel, sua prática, de maneira que o educando seja o protagonista de sua própria aprendizagem, propiciando a integração entre a instituição, aluno e comunidade.

Podemos considerar que o saber, está presente em toda parte, contudo a escola tem características próprias que diferem de outras formas de conhecimento. Assim, se destacando na fala de (Santos, 1995)⁵,

... concebemos o conhecimento escolar como uma construção específica na esfera educativa, não como uma mera simplificação de conhecimentos produzidos fora da escola. Consideramos, ainda, que o conhecimento escolar tem características próprias que o distinguem de outras formas de conhecimentos (SANTOS, 1995). (retirado do livro Indagações sobre Currículo – Ministério da Educação). – Currículo, Conhecimento e Cultura, p.22.

O currículo nesta perspectiva constitui uma fonte inesgotável de saber, em que se concentram as relações entre sociedade e a escola, entre teorias e práticas. Em outras palavras, os conhecimentos escolares vêm de saberes e experiências vividas socialmente, estando assim atrelados no campo do currículo.

É importante destacar, que o currículo na maioria das vezes, vem sendo trabalhado de forma conteudista, ficando presos a livros didáticos em que muitas das vezes não estão claros nas propostas traçadas e não estando de acordo com a realidade dos alunos, nesta perspectiva não sendo percebido pela comunidade escolar. Trata-se do currículo oculto, que envolve predominantemente, atitudes e valores transmitidos dentro da escola, ou seja, o professor segue uma linha de trabalho, onde não tem relação com a realidade do aluno, não levando-o, a uma reflexão, negando a este, o direito de ser cidadão crítico e produtivo.

Sabemos que o currículo é uma ferramenta necessária para o desenvolvimento do educando, na sala de aula. Deste modo a sua formulação deve estar de acordo com o que o aluno precisa aprender, não esquecendo, de valorizar os conhecimentos já inerentes ao aluno, possibilitando a transformação e ampliação de seus saberes.

Por isso, é que todo profissional da educação, precisa comprometer-se com a elaboração do currículo, pesquisando, estudando, bem como, posicionando-se politicamente, e flexibilizando, o mesmo. De modo que o aluno possa, situar-se frente

⁵ Retirado do livro indagações sobre Currículo – Ministério da Educação. – Currículo, Conhecimento e Cultura, p. 22.

aos problemas econômicos, sócio- políticos, culturais e ambientais, de maneira participativa.

Não podemos esquecer, que todos os profissionais da educação devem estar envolvidos de algum modo na elaboração do currículo, comprometendo-se em pensar neste, como parte da escola.

Então, de que maneira, podemos instigar nossos profissionais, que é importante, refletir sobre como tornar o currículo um espaço de oportunidades?

Primeiramente o professor deve saber e entender o que é currículo, qual o papel do currículo e o seu funcionamento.

Em sua história, o currículo se apresenta de maneira diferente de acordo com o campo educacional. Para alguns o currículo é somente matéria a ser ministrada, para outros são todas as atividades que propiciam aprendizagem. E a aqueles que digam que são todas as experiências de aprendizagem planejada pela escola. De modo geral o currículo é um conjunto de tudo que foi dito anteriormente em benefício do aluno, na construção do seu conhecimento. Segundo Silva⁶:

O resultado da seleção de alguém, de um grupo, acerca do que seja considerado conhecimento legítimo. O currículo assim traduz uma cultura, e como tal vai produzindo sentidos, significados que irão constituir diferentes sujeitos. (SILVA, 1995)

Assim, entende-se que a discussão sobre currículo vai além do campo do conhecimento, elevando-se a uma compreensão contextualizada, isto é construir o currículo com elos entre conhecimento, a cultura, a formação e a diversidade.

O currículo quando bem desenvolvido produz a ligação de ensino-aprendizagem. Com isso, a avaliação será produtiva, os valores e a cultura escolar, serão valorizadas e despertadas nos alunos e docentes. Desta forma, cumprirá o seu papel de construtor e mediador do conhecimento.

Propondo desta forma, uma organização dos tempos e espaços em um novo referencial de valor, ética e de direito. O currículo visto desta maneira, irá reorientar, a busca por práticas mais comprometedoras, garantindo o direito à educação. Nesta perspectiva afirma Silva, 1999a que,

⁶ INES – Espaço, Dez-1997, p.45.

Sem pretender considerar qualquer uma dessas ou de outras concepções como certa ou errada, já que elas refletem variados posicionamentos, compromissos e pontos de vista teóricos, podemos afirmar que as discussões sobre currículo incorporam, com maior ou menor ênfase, discussões sobre conhecimentos escolares, sobre procedimentos e as relações sociais que conformam o cenário em que os conhecimentos se ensinam e se aprendem, sobre as transformações que desejamos efetuar nos alunos e alunas, sobre os valores que desejamos inculcar e sobre as identidades que pretendemos construir. Discussões sobre conhecimento, verdade, poder e identidade marcam, invariavelmente, as discussões sobre questões curriculares. (LIVRO INDAGAÇÃO SOBRE CURRÍCULO-MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – CURRÍCULO, CONHECIMENTO E CULTURA, p.18)⁷

Assim, resumindo os aspectos mencionados acima, entendemos o currículo num todo, como as experiências escolares, que circulam em torno do conhecimento, entre as relações sociais, favorecendo então a construção das identidades dos alunos. O currículo está ligado desta forma a um conjunto de esforços pedagógicos organizado com propósitos de educar.

⁷ retirado do livro, Indagações sobre currículo – Ministério da Educação) – Currículo, Conhecimento e Cultura, p.18.

3.3 A Inclusão e a Educação de Surdos

A Política Nacional de Educação Especial garante a integração das pessoas especiais num processo dinâmico de participação inclusiva. (Decreto, 914/93 - MEC). Sendo assim uma educação de qualidade e igualitária oportunizam a todos o crescimento em suas potencialidades.

Sabemos que nem todas as pessoas são iguais e aprendem da mesma maneira, não se trata de normalizar as pessoas, mas sim o contexto em que se desenvolvem. Normalização significa, portanto, oferecer aos educando com necessidades especiais modos e condições de vida diária os mais semelhantes possíveis às formas e condições de vida na sociedade.

No Congresso Internacional, realizado em Paris, em 1990, os representantes da Comissão de Educação Integrada discutiram diferentes aspectos dos conceitos de normalização. Diversas conclusões foram apresentadas, visando a facilitar a inclusão do educando no sistema de ensino, considerando a preparação de recursos humanos, a adaptação de currículos e complementação, entre outros.

A legislação do Brasil (Constituição Federal/88, LDB 9394/96 entre outras) prevê a integração do educando com necessidades especiais no sistema regular de ensino. Essa integração, no entanto, deve ser um processo individual, fazendo-se necessário estabelecer, para cada caso, o momento oportuno para que o aluno comece a freqüentar a classe comum, com possibilidade de êxito e progresso.

A integração do aluno surdo em classe comum não é uma utopia, mas sim, uma conquista que tem que ser feita com muito estudo, trabalho e dedicação de todas as pessoas envolvidas no processo: aluno surdo, família, professores, fonoaudiólogos, psicólogos, assistentes sociais, alunos ouvintes, demais elementos da escola, etc.

No processo de integração de educando com necessidades especiais é comum, estabelecer comparação entre a educação dos alunos com dificuldades sensoriais. No entanto, esses se diferem tanto no código como na produção lingüística, como é o caso dos cegos e dos surdos.

Por ocasião da aprendizagem sistematizada do saber, quando do ingresso da criança no sistema de ensino, o surdo é obrigado a utilizar-se da Língua Portuguesa, um sistema lingüístico que geralmente não domina ou domina precariamente, embora um desempenho razoável na compreensão e expressão desse idioma possibilite o acesso a níveis mais elevados de escolaridade. Isto leva a deduzir que a oferta de oportunidade educacional sempre favorece a melhoria do desempenho do instrumental lingüístico dos surdos e é imprescindível para a evolução acadêmica dessas pessoas.

Em se tratando de inclusão, a valorização da língua de sinais para os surdos é uma questão essencial, como possibilidade de igualdade de condições de desenvolvimento entre pessoas. No entanto, o uso dessa língua, apesar de critério básico, não deve ser visto como solução mágica para a inclusão social dos surdos e para todos os problemas que se apresentam na educação. A exclusão social só pode ser enfrentada, através de uma educação engajada e atenta, que busque entender, além de fatores de ordem individual, os desdobramentos da educação.

Percebendo o enorme problema comunicativo surgido no ambiente escolar, em que se encontram alunos ouvintes e surdos, possuidores de diferentes linguagens, surgiu a alternativa de sanar essa dificuldade, ao menos em parte, utilizando-se o intérprete em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), no Brasil.

Entende-se, que esse passo representou um grande avanço na educação voltada aos alunos surdos, historicamente massacrados e marginalizados, uma vez que reconheceu a grande importância da Língua de Sinais na vida e constituição dessas pessoas, assim como toda língua é para o desenvolvimento humano. Porém sabe-se que não basta só garantir a presença do intérprete na sala de aula, é necessário pensar em todos os procedimentos que envolvem o planejamento e as estratégias de ensino e de aprendizagem devem ser levado em conta, tendo em vista um ensino de qualidade.

Carlos Skliar⁸, fala do movimento de tensão e ruptura que está ocorrendo entre educação de surdos e a educação especial,

Está sendo buscada uma aproximação dos “Estudos Surdos” em direção a outras linhas de estudo na educação: a educação das classes populares (onde certamente há surdos), aos estudos culturais, aos estudos de Gêneros,, de identidade, etc. Na verdade, os “ Estudos Surdos” são um

⁸ A SURDEZ – Um olhar sobre as Diferenças , 2005, p.189.

novos campos conceituais que estão surgindo e que se pautam por uma redefinição do problema da surdez rejeitando encarar o surdo como “deficiente”, mas buscando, antes, um recorte sócio-antropológico através do qual o surdo é visto como constituinte de recorte histórico, lingüístico, cultural e comunitário”. (CARLOS SKLIAR, 2005, p.189).

Partindo destas considerações, torna-se preocupante a inclusão escolar dos alunos ditos como diferentes, uma vez que a maioria dos documentos legais trata este assunto de forma abrangente, dando origem a interpretações e práticas diferenciadas em relação às possibilidades e alternativas da implantação de políticas de educação inclusiva, que envolva avanços e recuos, desvios e contradições.

É preciso que se diga, que a escola inclusiva não é sinônimo de escola regular que a escola inclusiva não é sinônimo da escola que se tem (que muitas vezes não estão “incluídos” nem aqueles que entram todos os dias por suas portas) . Tem que se pensar na escola inclusiva, como uma escola significativa. No que diz respeito ao surdo, por exemplo, não é: “os surdos têm o direito a estudarem na escola regular; mas sim: os surdos têm direito a uma educação plena e significativa. (Carlos Skliar, A Surdez: Um Olhar sobre as Diferenças, 2005, p.188). A escola inclusiva tem surgido como um paradigma. É desejável que a possibilidade de “Educação para Todos” se concretize, mas isto não deve significar a determinação de cima e de fora de um tipo de escola que não atende aos anseios do grupo minoritário. É importante lutar por uma escola inclusiva significativa, caso esta inclusão interesse ao grupo ao qual a proposta se dirija.

Os estudos já mostraram que a imposição de um processo educativo que nega ao surdo a sua língua natural e sua condição de diferente leva ao fracasso e a exclusão, por isto tem que se pensar numa alternativa de uma; “escola regular para surdos, ou seja, escola comum, escola igual a qualquer outra escola, mas que usa a sua língua, que reflète sua condição de diferente”. (Carlos Skliar, A surdez: Um olhar sobre as Diferenças, 2005, p.189).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que a inclusão, já faz parte de nossas leis e são garantidas a tempo suficiente para que as escolas tenham capacitados professores, e buscando dar flexibilidade as propostas pedagógicas.

A devida atenção às diferenças, pela equipe escolar faz-se necessário como ponto de partida normal de qualquer processo de ensino aprendizagem. A existência de crianças diferentes, como a de professores e escolas, diferentes é habitual em qualquer situação educativa.

Enfrentar o problema das diferenças em sala de aula é, na realidade e com certeza, iniciar as reflexões sobre a situação e papel do educador no processo de ensino/aprendizagem.

Com isso, não se está dizendo que a tarefa é fácil de resolver, porque o ensino é na verdade uma tarefa extremamente complexa. Principalmente porque as condições de trabalho muita vezes não são ideais. O que foi verificado é que a preocupação pela atenção as diferenças e o trabalho dessa inclusão, não supõe, uma complicação a mais ao problema do ensino, mas sua própria essência quando é feito de modo e forma coerente.

Na verdade, para se nortear a educação inclusiva é necessário formas e práticas concretas que possam guiar o professor numa realidade que o facilite neste percurso, pelo conjunto de decisões que devem ser organizados por todos, na comunidade escolar envolvida no processo de elaboração das práticas curriculares para dar respostas as diferenças.

Um dos problemas mais importante do ensino é que as aulas são muito iguais e as estratégias utilizadas são pouco variadas. Desta forma, não se ajustando para atender aos grupos com menores proporções nas salas de aulas da escola regular.

É importante lembrar, que as escolas passam por um momento de muitas expectativas e conflitos, para dar conta de atender as diferenças que se apresentam no âmbito educacional. Uma postura de comprometimento com as mudanças devem ser valorizadas, para que possa assim possibilitar uma aprendizagem centrada na capacidade do aluno.

Para não se limitar e empobrecer, as aulas é particularmente necessário prestar atenção ao trabalho de capacidade de equilíbrio pessoal de relação

interpessoal, de inserção social. É preciso um tratamento equilibrado dos educadores, no que diz respeito às condições e possibilidades do currículo da escola comum oferecer para os alunos surdos a oportunidade de experimentar sua diferença, valorizando sua cultura, construindo sua identidade.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL- Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994

BRASIL, Ministério da educação. Secretaria de Educação Especial Política Nacional de Educação especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL, Ministério da educação. Secretaria de Educação Especial Política Nacional de Educação especial. Brasília: MEC/SEESP, Resolução de Nº 13 CNE, Artigo 14 .

ESPAÇO: informativo técnico-científico do INES. - nº 8 (agosto- dezembro – 1997)
- Rio de Janeiro: INES, 1997

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia** – Saberes Necessários a Prática Educativa. Ed. 37ª – Edição Especial.

GOMES, Nilma Lino. Indagações sobre currículo. Diversidade e Currículo, Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Indagações sobre currículo. Currículo, Conhecimento e Cultura, Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

QUINTANA, M. Caderno H. 2 ed. São Paulo: globo, 2006

ROCHA DE OLIVEIRA, Priscila do Nascimento. Estrutura Curricular e Educação de Surdos. P@rtes, São Paulo. V.00 p. eletrônica, Março de 2010. Disponível em WWW.partes.com.br/educação/indentidadedepessoal.asp.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2ª Ed. Belo Horizonte – Autêntica, 2007

SKLIAR, Carlos Bernardo. **A SURDEZ**, Um Olhar Sobre as Diferenças. 3ª Ed. Porto Alegre, Mediação, 2005